

O debate entre as éticas da virtude e as éticas da justiça a partir da distinção entre ética e moral

Rafael Rodrigues Pereira
(UFG – Goiânia – GO – Brasil)
rafarodrigues252@gmail.com

Resumo: o presente trabalho pretende analisar em que medida o debate contemporâneo entre as Éticas da Virtude (que em um sentido amplo também incluem as Éticas do Cuidado) e as Éticas da Justiça (que consistiriam em vertentes contemporâneas do kantismo e do utilitarismo) pode ser compreendido a partir da distinção, proposta por alguns autores, entre “ética” e “moral”. Como se sabe, as éticas da virtude e do cuidado criticam a ênfase em princípios e regras impessoais por parte das éticas da justiça, que levaria à negligência de elementos importantes de nossa experiência moral, como a dimensão afetiva, os relacionamentos pessoais, o contexto particular e a felicidade do próprio agente. Tentaremos mostrar que este debate pode ser incorporado a uma distinção entre “ética” e “moral” tal como é proposta por autores como Gilles Deleuze, Jürgen Habermas e Paul Ricoeur.

Palavras-chave: ética; moral; éticas da virtude; ética do cuidado; éticas da justiça.

1 Introdução: o debate entre as éticas da justiça e da virtude.

Um dos principais debates da ética contemporânea se dá entre as “éticas da virtude” e as “éticas da justiça”. Esta última expressão abarca, em geral, o utilitarismo e doutrinas de inspiração kantiana. Embora exista uma conhecida tensão entre estas duas últimas, que remete a outro importante debate – aquele entre éticas consequencialistas e deontológicas – ambas possuem em comum a ênfase em princípios impessoais e modelos procedimentais de decisão. Podemos considerar que estes dois elementos são, justamente, parte importante das concepções de justiça de forma geral, daí, justamente, a expressão “éticas da justiça”. Tais características também conferem uma maior ênfase na noção de “dever”, entendida como uma obrigação impessoal, e, por conta disso, tais concepções também são chamadas, muitas vezes, de “éticas do dever” ou simplesmente de “éticas deônticas”.¹

Já o que estamos chamando, aqui, de “éticas da virtude” também abarca dois importantes movimentos contemporâneos, as Éticas da Virtude propriamente ditas e a Ética do Cuidado. Ambas se estruturam em torno de uma crítica a aspectos que, como vimos,

¹ O termo “deôntico” não deve ser confundido, assim, com “deontológico”, mais estrito, que se aplicaria, sobretudo, às doutrinas de inspiração kantiana.

seriam comuns ao utilitarismo e ao kantismo, e que conduziriam à desvalorização de elementos importantes de nossa experiência moral, como a dimensão afetiva, a relevância das circunstâncias particulares e a felicidade do próprio agente. Para suprir tais deficiências, as Éticas das Virtudes procuraram recuperar alguns aspectos das concepções eudaimônicas dos antigos, colocando como noção central a virtude e não o dever, e a pergunta “que tipo de pessoa eu quero ser” ao invés de “o que eu devo fazer”. Já a Ética do Cuidado propõe um quadro onde os agentes se veem inseridos em uma rede de interdependência mútua, focando a resposta à necessidade e a responsabilidade em relação a relacionamentos, ao invés da “moralidade entre estranhos” que seria defendida pelas éticas da justiça.²

Stan Van Hoof, em seu livro *Éticas da Virtude*, fornece um quadro com as principais diferenças entre as éticas da virtude e do dever. Reproduzo-o abaixo:

Tema	A ética do dever	A ética da virtude
Do que trata a moralidade	I – define a esfera moral II – presume a centralidade do altruísmo III – pergunta “o que devo fazer?”	Estende-se para além da esfera moral Aceita que o sujeito é eticamente importante Pergunta “o que devo ser?” ou “Como eu devo viver?”
Terminologia moral	I – Deontica II – Foco na ação III – Conceitos “finos” IV – Bondade definida em termos de retidão	Aretáica Foco no caráter Conceitos “grossos” Bondade definida como excelência humana
A natureza das normas	I – “Necessidade prática” vista como obrigação e obediência	“Necessidade prática” vista como expressão do caráter e resposta a valores

² Esta “moralidade entre estranhos” seria baseada em um modelo de espaço público. Como diz Virginia Held, “A ética do cuidado rejeita o modelo que se tornou dominante no ocidente nos séculos dezessete e dezoito, quando os estados democráticos substituíram a sociedade feudal: uma esfera pública de iguais mutuamente desinteressados coexistindo com uma esfera privada de cuidado feminino e comando masculino (...) As teorias morais que eram dominantes quando surgiu o feminismo, na segunda metade do século vinte, eram a teoria moral kantiana e o utilitarismo. (...) Estas teorias morais dominantes pode ser vistas como modeladas na experiência de homens na vida pública e no mercado” (HELD, 2006, p. 21-22, tradução nossa). Mais adiante, a autora comenta que “Estas moralidades correspondem de forma muito inadequada à experiência moralmente relevante das mulheres no lar. A experiência das mulheres incluiu tipicamente o cultivo de relações especiais com família e amigos, ao invés de primariamente lidar com a imparcialidade entre estranhos” (*ibidem*, p. 22).

	II – Absoluta, levando a dilemas morais III – Baseada em princípios gerais IV – Justificada pela razão V – Perspectiva da justiça VI – Imparcial VII – Externalismo de razões VIII – Realismo moral	Variável em rigor, requerendo julgamento Responsiva a considerações particulares Influenciada pela emoção Perspectiva do cuidado Parcial Internalismo de razões Construção social da ética
A base das normas	I – Baseada na razão “metafísica” ou <i>a priori</i> II – Fundacionalismo III – Universal	Intuições fundadas em tradições comunitárias Hermenêutica Relativa à cultura
Psicologia moral	I – Dualismo: a bondade é inerente à vontade ou à alma II – Presume a lucidez da consciência para fundar a voluntariedade III – As pessoas são “átomos sociais”	Holismo: a virtude é inerente à totalidade da pessoa Aceita a opacidade da consciência. As decisões são muitas vezes obscuras para o agente Os seres humanos são independentes e sociais
A natureza dos juízos morais sobre os outros	I – neutra ao agente II – As ações superrerogatórias são difíceis de entender	Relativa ao agente As ações superrerogatórias são vistas como virtuosas

Qualquer tentativa de esquematizar um assunto tão complexo sempre correrá o risco de gerar simplificações,³ mas ainda assim esta tabela fornece, a nosso ver, um bom resumo dos principais pontos do debate. É preciso ainda considerar que ela se refere mais diretamente às Éticas das Virtudes em um sentido mais estrito, mas diversos pontos claramente também se aplicam à Ética do Cuidado – como o particularismo, a valorização da dimensão afetiva, a parcialidade e, é claro, a “perspectiva do cuidado” em oposição à da justiça -, o que se deve,

³ Podemos citar, como exemplo, a discussão acerca do internalismo na ética de Kant, que é mais complexa do que sugere o item “externalismo de razões” associado, na tabela, às éticas do dever.

sem dúvida, às afinidades que existem entre estas correntes e à crítica comum às éticas do dever.

Como dissemos, o objetivo de nossa comunicação consiste em aproximar a divergência entre as éticas da virtude e as da justiça, que acabamos de esquematizar, de outra distinção, proposta por alguns autores, entre “ética” e “moral”. Gostaríamos assim de sugerir que as éticas da justiça devem ser compreendidas como concepções *morais*, enquanto as éticas da virtude e do cuidado consistem em concepções *éticas*. Esta distinção permitiria, a nosso ver, uma melhor compreensão das raízes deste importante debate contemporâneo, além de contribuir para a viabilização de uma proposta de complementariedade entre os dois tipos de abordagem.

É preciso considerar que os termos “ética” e “moral” são tratados, de forma geral, como sinônimos. Isto é etimologicamente justificável, pois o significado original de ambos é similar: tanto *éthos* em grego quanto *moralis* em latim podem ser traduzidos como “costumes”. Existem, a nosso ver, algumas distinções informais, sutis, que são implicitamente aceitas – por exemplo, tendemos a ver a “ética” como uma reflexão sobre a “moral”, esta última entendida como o conjunto de valores e preceitos dados em uma sociedade. Daí chamarmos de “ética” a matéria disciplinar cursada nas faculdades de filosofia – soaria estranho, de fato, chamá-la de “moral”. Mas estas distinções sutis não afetam de forma relevante as análises filosóficas, que tendem, como dissemos, a confundir os dois termos.

Alguns autores, no entanto, procuram diferenciar de forma mais marcada “ética” e “moral”. A seguir iremos expor, de forma sucinta, algumas destas propostas.

2 Giles Deleuze e a distinção entre ética e moral.

Deleuze oferece uma distinção baseada em seus estudos sobre Nietzsche e Spinoza. Estes autores defenderiam ambos uma filosofia da imanência, da potência, da alegria e da afirmação, em oposição a uma perspectiva transcendente, metafísica, de negação da vida, de forma associada à impotência, à tristeza e ao ressentimento. Como diz Roberto Machado:

Retomando uma tese nietzschiana que relaciona metafísica e moral, e pretende ultrapassá-las por se fundarem em valores transcendentes, Deleuze encontra na ética de Spinoza, fundada em sua teoria do ser, uma alternativa para a moral, do mesmo modo que a ontologia spinozista é uma alternativa para a metafísica. Há, assim, no pensamento de Deleuze, como observei na introdução deste livro, uma nítida diferença entre ética e moral, que lhe serve inclusive para aproximar Spinoza e Nietzsche (MACHADO, 2009, p. 73).

A ética estaria assim associada a uma lógica da potência. Em *Spinoza e o Problema da Expressão* Deleuze chama esta lógica de “visão ética do mundo”:

Em uma visão ética do mundo, é sempre uma questão de poder e de potência, e não de qualquer outra coisa. A lei é idêntica ao direito. As verdadeiras leis naturais são normas do poder, e não regras do dever. É por isso que a lei moral, que pretende proibir e comandar, implica um tipo de mistificação: quanto menos compreendemos as leis da natureza, ou seja, as normas da vida, mais nós as interpretamos como ordens e proibições (DELEUZE, 1998, p. 247, tradução nossa).

A ênfase em regras e proibições já nos permite fazer uma aproximação entre o que está sendo aqui chamado de “moral” e as “éticas do dever” de que falamos anteriormente. Como vimos, para Deleuze esta ênfase estaria associada a uma crença equivocada em valores transcendentais. Uma das principais características desta lógica metafísica da moral seria a de gerar dicotomias, como “bem” e “mal” ou “certo” e “errado”, ao passo que a ética trabalharia mais com termos que expressam graus de potência, como “fraco” e “forte”, “ativo” e “passivo” etc. Ora, como se sabe, o nome de uma das principais obras de Nietzsche é, justamente, *Além do Bem e do Mal*.⁴ Para Deleuze a mesma ideia pode ser encontrada em Spinoza: “[para Spinoza] não há Bem nem Mal na Natureza, não há oposição moral, mas uma diferença ética” (DELEUZE, 1998, p. 240, tradução nossa).

A nosso ver, também é possível realizar uma aproximação entre esta perspectiva de “graus de potência” e as Éticas das Virtudes contemporâneas. A noção de “virtude”, de fato, também parece aceitar graus e trabalhar mais com conceitos grossos como “forte” e “fraco” do que com conceitos finos como “certo” e “errado”. Uma das principais críticas de Kant à noção de mediania em Aristóteles (a partir da qual as virtudes são definidas) é, justamente, o fato de esta última ser um tipo de grau, ao passo que para Kant as ações ou são corretas moralmente ou não são, pois se baseiam em máximas que são diferentes (KANT, 2004, 2-XIII).

Um aspecto importante da abordagem de Deleuze - que contrasta, como veremos, com as de Habermas e de Ricoeur - é o fato de que a moral é claramente um erro, um mal que deve ser eliminado. Ela é fruto da superstição e da impotência, um obstáculo para a afirmação da vida implicada na ética.

⁴ Para uma análise mais detalhada de Deleuze sobre a concepção ética de Nietzsche e sua crítica à moral, ver, por exemplo, *Nietzsche et la Philosophie*, sobretudo cap I-7, III-6, III-7, III-12.

3 Habermas e a distinção entre ética e moral.

Habermas não tem um texto específico dedicado à diferenciação entre ética e moral. Trata-se de um tema que aparece em diversos contextos dentro de sua obra. Neste artigo utilizaremos a introdução de *O Futuro da Natureza Humana*, que nos parece ser um dos mais claros e diretos em relação ao assunto.

Neste texto Habermas considera que em uma era pós-metafísica a filosofia não é mais capaz de oferecer respostas a questionamentos éticos, se entendermos estes últimos como uma elucidação sobre modelos de vida. (HABERMAS, 2010, p. 3-4). A ética é assim vinculada pelo autor a uma reflexão sobre a vida digna de ser vivida.

Na era moderna, marcada pelo liberalismo político, as tentativas filosóficas de designar determinados modos de vida como exemplares ou universalmente decisivos fracassam. A “sociedade justa”, segundo teorias políticas como a de Rawls,

[...] deixa a critério de todas as pessoas aquilo que elas querem iniciar com o termo de suas vidas. Ela garante a todos a mesma liberdade para desenvolver uma autocompreensão ética, a fim de formar uma concepção pessoal de ‘boa vida’ segundo capacidades e critérios próprios” (HABERMAS, 2010, p. 5).

Habermas está assim afirmando que nas sociedades liberais contemporâneas a ética tornou-se algo mais pessoal e privado, desvinculada de discussões públicas ou políticas. Estas últimas devem ser realizadas a partir de uma perspectiva que seja neutra em relação a concepções de boa vida: a perspectiva da justiça.

Com efeito, tais questões éticas sobre a própria sorte se estabelecem no contexto de uma *determinada* história de vida ou de uma forma de vida *especial*. Elas se identificam com questões sobre a identidade: como devemos nos compreender, quem somos e quem queremos ser. Para estas perguntas não há, evidentemente, nenhuma resposta que não dependa do respectivo contexto e, portanto, que seja universal e igualmente definitiva para todas as pessoas. Por esta razão, as teorias atuais da justiça e da moral trilham caminhos próprios, de modo diferente dos da “ética”, se a tomarmos no sentido clássico de uma doutrina da vida correta (HABERMAS, 2010, p. 6).

A relação desta distinção proposta por Habermas com o debate entre as éticas da virtude e da justiça é ainda mais óbvio do que foi no caso de Deleuze. A compreensão da ética a partir de uma reflexão sobre um modelo específico de boa vida – ou *eudaimonia* para os gregos – é uma característica, justamente, das Éticas das Virtudes contemporâneas. Por outro lado, a

crítica das éticas do dever como uma concepção pública que menosprezaria elementos tidos como “privados” (como a emoção ou os relacionamentos) é comum entre os autores da Ética do Cuidado.⁵

Como vimos, Habermas associa a “moral”, enquanto perspectiva da justiça, à universalidade e neutralidade, portanto a um formalismo que pode ser considerado característica marcante de doutrinas kantianas e utilitaristas:

Do ponto de vista moral, sentimo-nos obrigados a abstrair daquelas imagens exemplares, que nos são transmitidas nas grandes narrativas metafísicas e religiosas, uma vida bem ou mal sucedida. Nossa autoconsciência existencial pode até se alimentar das substâncias destas transmissões, mas a filosofia não pode mais intervir no debate destes poderes de fé, fundada em seu direito próprio. Justamente, nas questões que, para nós, são de maior relevância, a filosofia se desloca para um plano superior e passa a analisar apenas as propriedades formais dos processos de autoconsciência, sem adotar ela mesma uma posição a respeito dos conteúdos (HABERMAS, 2010, p. 6).

Os termos usados por Habermas para caracterizar a moral neste último trecho – plano “superior”, “de maior relevância” -, mostram uma importante diferença com o que vimos em Deleuze: a moral, aqui, claramente não é mais enxergada de forma pejorativa. Ao contrário, trata-se da perspectiva universal da justiça, que se coloca *acima* das diferentes concepções éticas, associadas a grupos e modelos de vida específicos.

4 Paul Ricoeur e a distinção entre ética e moral

Ricoeur estabelece esta distinção, sobretudo, nos estudos sétimo e oitavo de *O Si-Mesmo Como Um Outro*. Este trecho traz um bom resumo de sua proposta:

O que é então a distinção proposta entre ética e moral? Nada na etimologia ou no histórico de uso dos termos a impõe. (...) É portanto por convenção que eu reservarei o termo “ética” para a aspiração de uma vida realizada, e o termo “moral” para a articulação desta aspiração em *normas* caracterizadas tanto pela pretensão à universalidade quanto por um efeito de obrigação. (...) Reconhece-se facilmente na distinção entre aspiração e norma a oposição entre duas heranças, uma aristotélica, onde a ética é caracterizada por uma perspectiva *teleológica*, e uma herança kantiana, onde a moral é definida pelo caráter de obrigação da norma, portanto por um ponto de vista deontológico (RICOEUR, 1990, p. 200, tradução nossa).

Há uma clara proximidade entre esta proposta e a de Habermas, na medida em que a “ética” é associada a concepções de uma vida bem sucedida, e a “moral” a uma perspectiva

⁵ Cf. nota 2.

deontológica centrada na universalidade e na obrigatoriedade. A aproximação com as éticas da virtude e do dever é ainda mais óbvia, na medida em que há uma referência explícita às heranças de Aristóteles e de Kant.

A proposta de Ricoeur, no entanto, diverge em um ponto importante da de Habermas: a moral, aqui, não é mais colocada em um plano “superior” ao da ética.

Nos propomos a estabelecer (...): 1) o primado da ética sobre a moral; 2) a necessidade da aspiração ética de passar pelo crivo da norma; 3) a legitimidade de um recurso à aspiração, quando a norma conduz a impasses práticos (...). Em outras palavras, segundo a hipótese de trabalho proposta, a moral constituiria apenas uma efetuação limitada, ainda que legítima e mesmo indispensável, da aspiração ética, e a ética, neste sentido, englobaria a moral. Não se veria, assim, Kant substituir Aristóteles (...). Entre as duas heranças se estabeleceria mais uma relação tanto de subordinação quanto de complementariedade (...) (RICOEUR, 1990, p. 200, tradução nossa).

Ricoeur, assim, se aproxima mais de Habermas quando afirma que tanto a ética quanto a moral são legítimas e indispensáveis. Parece, no entanto, se aproximar mais de Deleuze quando coloca a ética em um patamar superior ao da moral.

A superioridade da ética, em Ricoeur, estaria relacionada ao fato de se tratar de uma perspectiva mais ampla, dentro da qual a moral, necessariamente, deve se inserir. Infelizmente não temos espaço, aqui, para desenvolver mais sua tese. Nosso objetivo, como dissemos, é apenas apresentar de forma sumária a distinção entre ética e moral em alguns autores, e mostrar que há uma afinidade entre este tipo de distinção e o debate contemporâneo entre as éticas da virtude e da justiça.

5 Conclusão

Nossa proposta, assim, é que o debate entre as éticas da virtude e as éticas da justiça seja entendido a partir de uma distinção entre ética e moral. Em outras palavras, as Éticas da Virtude e a Ética do Cuidado deveriam ser compreendidas como concepções “éticas”, ao passo que doutrinas utilitaristas e neokantianas devem ser entendidas como concepções “morais”. Como vimos, há várias formas diferentes de distinguir as duas noções, mas todas parecem girar em torno de alguns pontos básicos: a “ética” remeteria a conceitos grossos, concepções substantivas de bem, autocompreensões existenciais inseridas no “mundo da vida”, identidades construídas em contextos específicos, o que resultaria em tendências particularistas, uma maior valorização da dimensão afetiva e dos relacionamentos. Já a

“moral” remeteria a um modelo procedimental neutro de justiça, de caráter universal, trabalhando com conceitos finos e focando deveres ou obrigações impessoais.

A abordagem que propomos enriqueceria, a nosso ver, este importante debate contemporâneo. De fato, o foco deste debate, muitas vezes, parece ser o de determinar qual dos dois tipos de concepção estaria correto, como se um devesse substituir o outro - quem tem razão, Kant ou Aristóteles?

O que estamos sugerindo é que esta seria uma forma simplista de discutir o tema. A distinção entre ética e moral permitiria afirmar que Kant e Aristóteles estão, em certo sentido, falando de coisas diferentes. A questão, assim, não é tanto qual dos dois tem razão. O foco do debate, a nosso ver, deveria ser deslocado para duas questões fundamentais:

A) Tanto a “ética” quanto a “moral” são incontornáveis, ou é possível rejeitar uma das duas?

B) Se ambas são necessárias, como interagem entre si?

Dos três autores que vimos, apenas Deleuze sustentaria que uma das noções – a moral – deve ser descartada. Tanto Habermas quanto Ricoeur concordam que ambas são incontornáveis. Esta última posição, a nosso ver, é a mais correta. A ética é incontornável por estar fortemente ancorada no mundo da vida, e a moral é incontornável devido ao pluralismo de modos de existência que caracteriza o mundo contemporâneo. Precisamos, hoje em dia, de uma “moralidade entre estranhos”, como diriam os autores da *Ética do Cuidado*. Mas, ao mesmo tempo, não podemos ignorar nossas identidades pessoais, vinculadas a grupos e conexões específicas que estabelecemos uns com os outros.

Se o mundo em que vivemos é caracterizado por uma coexistência necessária entre a “moral” e a “ética”, o verdadeiro foco da discussão deve ser, assim, a relação entre as duas. Por um lado deve haver algum tipo de complementaridade, mas de que tipo? Por outro lado, é inevitável que em certos contextos ocorram conflitos. Nestes casos, qual abordagem deve prevalecer? A moral, como pensa Habermas, ou a ética, como pensa Ricoeur?

Nosso objetivo neste trabalho não é o de tentar responder a estas perguntas complexas, embora tenhamos vislumbrado algumas sugestões nos autores que mencionamos. Nossa proposta, como dissemos, foi simplesmente a de melhor compreender a natureza do debate entre as éticas da virtude e da justiça.

Referências:

DELEUZE, G. *Spinoza et le Problème de l'Expression*. Paris: Éditions de Minuit, 1998.

HABERMAS, J. *O Futuro da Natureza Humana*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

HELD, V. *The Ethics of Care – personal, political and global*. New York: Oxford University Press, 2006.

KANT. *Metafísica dos Costumes – parte II*. Lisboa: Edições 70, 2004.

MACHADO, R. *Deleuze – a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

RICOEUR, P. *Soi-même Comme un Autre*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

VAN HOOFT, S. *Éticas da Virtude*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2013.

The debate between virtue and justice ethics from the difference between ethics and morals

Abstract: this work will analyse how the contemporary debate between Virtue Ethics (which also includes the Ethics of Care) and the so-called Ethics of Justice (contemporary versions of utilitarianism and kantian doctrines) could be better understood from the distinction, proposed by some authors, between “ethics” and “moral”. Virtue and care ethics criticize the emphasis in rules and impersonal principles of the ethics of justice, which would neglect some important elements of our moral experience, as emotions, relationships, particular contexts and the agent’s happiness. We’ll try to show how these criticisms can be related to the distinction between “ethics” and “moral” proposed by Gilles Deleuze, Jürgen Habermas e Paul Ricoeur.

Key-words: ethics; moral; virtue ethics; ethics of care; ethics of justice.

Data do registro: 31 de agosto de 2015

Data do aceite: 18 de novembro de 2015